

A REVOLTA DA CLASSE PRODUTORA

Não adianta fraudar as eleições: a revolução é inevitável



A. C. Portinari
Greggio

N^o último artigo, dizíamos que o sistema de dominação política estabelecido pela constituição de 1988 está sendo contestado pela população nas ruas, em gigantescas manifestações, e agora, nas próximas eleições, pelo voto, dentro das regras dessa mesma constituição. Mas a descrição oligárquica não aceita a reeleição de Bolsonaro no avanço do "populismo de Direita", que, segundo ela, ameaça a "democracia". Acuada, ela abandona a farsa do "Estado de Direito" e não hesita em partir abertamente para o golpe de Estado. Ao virar a mesa e romper com as regras do jogo, ao se declarar inimigo dos brasileiros, o autor torna-se atual Presidente, a oligarquia reconhece que não se trata de crise passageira, mas de Estado de guerra. Guerra, sim, mas de quem contra quem? De um lado, a oligarquia, encastelada em Brasília. E do outro lado? O outro lado é a classe produtora, a população que trabalha, produz e paga impostos.

Nem toda a revolução é violenta

Quem quer que tenha participado ou assistido às manifestações nas ruas certamente percebeu que se trata de gente ordeira e civilizada. Pela sua própria natureza, a classe produtora abandona sangue, destruição, desordem. Não são marginais ressentidos, nem fanáticos utopistas, nem irresponsáveis que nada têm a perder. São os cidadãos que constituem o sustentáculo econômico e o pujante economia brasileira. Coos, destruição, estados de guerra, nada disso lhes interessa. Sua revolução segue o lema da nossa bandeira, ODEM E PROGRESSO, a difícil conciliação de impor mudanças radicais e ao mesmo tempo preservar a paz social. Diferente das revoluções comunistas, castristas, leninistas ou bolivarianas do século 20, nas quais minorias criminosas destruíam a ordem política, econômica e social dos seus países e estabeleciam regimes de miséria e opressão, a revolução brasileira do século 21 se faz ao contrário. A maioria e estão na oposição revolucionária, os inimigos da Nação são infima minoria e estão no poder. A oligarquia sobrevive em equilíbrio instável. A revolução é fundamentalmente construtiva, pois visa a restaurar a ordem, a afastar a corrupção sistêmica e a restabelecer a justiça social.

Não importa que os políticos ou os togados da alta magistratura façam para impedir o "populismo", ou o "avanço da Direita". Será inútil, porque não se trata de simples crise política a ser resolvida mediante o afastamento de Bolsonaro ou por meio de alguma manobra que preserve a presença dos rabos-presos no Congresso (sem os quais o esquema cai por terra). Essa surda guerra do Brasil contra Brasília é resultado tardio, porém inexorável, de mudanças sociais e econômicas que vêm acontecendo, a ruína dos políticos, há três ou quatro décadas. O Brasil de hoje não é o mesmo de 1985, nem de 1988.

Nesta série de artigos procuramos mostrar que a classe produtora, antes protegida e tutelada pelo Estado, se emancipou e adquiriu autonomia; que esse avanço não se deve à "democracia" da constituição de 1988, mas sim, é consequência tardia do projeto de modernização conduzido pelo regime militar.

A classe produtora abraça os três principais setores da economia: **agropecuária, indústria e serviços** — ou, na linguagem da Macroeconomia, setores primário, secundário e terciário. Os três setores sempre existiram desde o Brasil colonial; mas para a nossa narrativa, só interessa o período em que o Brasil se modernizou, a partir da Revolução de 1930, quando a crise mundial obrigou o Governo brasileiro a controlar e a planejar sua economia. Foi nesse período que os três setores se organizaram em entidades corporativas — as Confederações Nacionais da Agricultura, da Indústria e do Comércio, por meio das quais adquiriram existência política e passaram a ser protagonistas da nossa História contemporânea.

Origem da intervenção sistêmica do Estado na economia brasileira

Até a década de 1930, o Brasil praticava economia de livre mercado, com mínima interferência do Estado. Éramos uma nação agrária de economia colonial, cuja prosperidade se baseava na exportação de dois produtos principais: café e algodão. Quase todos os produtos manufaturados e boa parte dos alimentos eram importados. Era um sistema precário. Vivíamos na colmeia, sempre sujeitos a crises cambiais, monetárias e fiscais e cada oscilação brusca das cotações do café — as quais dependiam da conjuntura econômica mundial, das finanças do nosso Governo e, pior, dos caprichos da Natureza.

Em economias de mercado, crises econômicas se-

riais são problemas privados, que deveriam afetar apenas os envolvidos naquele ramo de negócios. Mas no caso do café, as crises automaticamente envolviam o Governo. Sem as receitas cambiais do café, o País ficava sem recursos para pagar juros e amortizações da dívida externa, e sem capacidade de importar produtos essenciais à vida da população. Por isso o Estado era obrigado a intervir, negociando empréstimos no exterior em montantes que o setor privado jamais teria condições de aguentar.

A debilidade da economia vinha preocupando as Forças Armadas desde o século 19. Nossa economia dificilmente poderia gerar, pelo simples jogo de oferta & procura, a infraestrutura industrial capaz de nos transformar num país viável em um mundo de potências imperialistas, onde vigia a lei do Cão.

Naquela época, as teorias de Adam Smith e do liberalismo econômico eram contestadas na Europa pelos nacional-protecionistas alemães, cujas obras, traduzidas em francês, circulavam no Brasil. Em 1913 um pequeno grupo de oficiais do Exército Brasileiro fez estágio na Alemanha e, ao retornar, fundou a revista *A Defesa Nacional*, na qual alvitavam a intervenção estatal-desenvolvimentista na economia, de acordo com o modelo *cameralista* alemão, que havia transformado aquele país na segunda maior potência econômica do mundo.



Óleo em tela, de Álvaro Martins, representa a reunião de fundação, em 20 de Setembro de 1913, no Clube Militar, da revista *A Defesa Nacional*. O original decora o Gabinete do Comandante do Exército.

A crise de 1929 abriu caminho para a intervenção estatal

Nos anos seguintes à 1^a Guerra Mundial aceleraram várias crises ligadas ao café, todas superadas com pesado custo financeiro e político para o Estado. Em 1929 aconteceu outra, dessa vez acompanhada de uma das crises depressões econômicas mundiais da História. Era o limite. A falência da economia do café já não podia ser amenizada com empréstimos exteriores, como antes. A situação se agravou e precipitou a Revolução de 1930, que marcou o fim da República. O novo governo, premido pela necessidade, adotou uma série de medidas revolucionárias que mudaram completamente a nossa economia. O liberalismo clássico do livre comércio, o mito da moeda lastreada em ouro, o *laissez-faire*, tudo isso foi abandonado na prática, embora as convicções liberais perdurassem.

1. O Brasil dependia do mercado externo, mas não tinha controle sobre as crises que aconteciam lá fora. Éramos basicamente exportadores de produtos agrícolas, principalmente café e algodão, que cobriam mais de 2/3 das nossas exportações). Mas os preços desses produtos estavam fora do nosso controle. Para mais agravar a instabilidade, os produtos agrícolas de exportação eram sujeitos a pragas, geadas, secas e outros fenômenos imprevisíveis.

2. Não se poderia era importar atender a população, por isso importávamos a maior parte dos bens de consumo necessários a uma sociedade civilizada.

3. O Brasil não tinha petróleo nem carvão mineral. A única fonte de energia elétrica era a madeira das florestas naturais, cuja exploração, além de causar desastres ambientais, era muito limitada pelo custo de transporte da lenha.

4. A produção interna de alimentos, por diversas razões que serão adiante discutidas, não era suficiente para atender ao consumo. Um dos alimentos básicos nas cidades, o trigo, era quase totalmente importado.

5. As reservas internacionais do Brasil no começo da década de 1930 giravam em torno de 50 milhões de dólares (valor da época), contra dívida externa de 223 milhões de dólares. Felizmente tínhamos superávits na balança comercial, suficientes para o serviço da dívida externa.

6. No plano interno, porém, tínhamos constantes déficits fiscais, cobertos mediante endividamento interno e emissão de moeda. O consumo público crescia inflação. O custo de vida de um Rio de Janeiro subiu de 234 em 1931 para 455 em 1942.

A única solução definitiva era a industrialização, que nos aliviaria da importação de bens de consumo e deixaria margem para máquinas, equipamentos e matérias-primas, que acelerariam nosso crescimento econômico. O Brasil tinha de

achar um jeito de superar a instabilidade da economia tradicional. Mas havia obstáculos difíceis de transpor:

1. Os países mais avançados haviam conseguido e industrializaram graças a fontes baratas de energia térmica — carvão mineral e petróleo. O Brasil não as tinha. A única opção era a hidroeletricidade, mas seu desenvolvimento exigia enormes investimentos em obras de infraestrutura.

2. Indústrias exigem máquinas, instalações e equipamentos. Não tínhamos saldos de divisas para importá-las.

3. A agricultura era incapaz de atender à procura por alimentos da crescente população urbana.

4. Não havia quadros de engenheiros e técnicos, nem capital tecnológico.

5. Não tínhamos recursos internos para tantos investimentos, e era difícil obtê-los no exterior em plena crise econômica. Mas o pior era que não podíamos esperar soluções de longo ou até de médio prazo. O País estava em UTI econômica, lutando pela sobrevivência.

Nesses circunstâncias, o Governo teve de assumir o comando da economia, com as seguintes diretrizes:

1. Enfrentar a crise cambial. Para isso, decretou o controle e o monopólio estatal do câmbio. Todas as divisas recebidas pelas exportações passaram a ser compulsoriamente adquiridas pelo Banco do Brasil, no qual foi criada uma carteira de máquinas e equipamentos a ser usada.

As divisas arrecadadas eram então distribuídas de acordo com as prioridades da economia. Parte delas eram destinadas ao serviço da dívida externa, outra parte às importações de petróleo e de trigo.

O saldo era então repartido: primeiro, importações de máquinas e equipamentos para a indústria, os transportes e a lavoura; em seguida, vinham os bens considerados menos essenciais.

2. Estabelecer política de proteção à indústria nacional, visando inicialmente à substituição de importações, especialmente de bens de consumo mais procurados. Essa política abrangia proteção aduaneira, racionamento de câmbio e licenciamento prévio das importações.

3. Socorrer a cafeicultura, a indústria de açúcar e álcool, a borracha e outros setores exportadores em crise, mediante subsídios e controle e planejamento de suas atividades.

4. Estabelecer regime corporativo para a agropecuária, a indústria e o comércio; e, por intermédio das entidades representativas, montar uma rede de ensino profissional e de assistência social, com o objetivo de formar quadros técnicos e facilitar a crescente migração de trabalhadores rurais para as novas áreas industriais urbanas.

5. Dentro do mesmo sistema corporativo, arrolar em trabalhadores em sindicatos e proteger seus interesses mediante legislação trabalhista e justiça do trabalho.

6. Reformar a administração pública empenrada pela burocracia, pelo nepotismo e pela politicagem, mediante reformas estruturais, racionalização do trabalho e a profissionalização dos quadros de funcionários.

Essa é apenas uma lista parcial da transformação do País após a Revolução de 1930. Nesse período o Brasil ingressou numa fase de economia controlada pelo Governo. Embora não existisse planejamento sistêmico, a indústria e o comércio passaram a ser planejados e a serem planejados pelo Estado. Foi nesse período que o Brasil passou a ser planejado pelo Estado.

Aos trancos e barrancos, a economia crescia

Claro que o processo, entre 1930 e 1960, não aconteceu como queriam os seus planejadores. Tivham uma senda nova e desconhecida. Não transcorreu da história aconteceram crises, escândalos, tropeços, azarões da Natureza, tudo. Muitas decisões erras tomadas por tentativa e erro. Quem viveu se lembra de como foram atormentadas as décadas de 1950 e 1960. Enfim o Brasil sobreviveu sem perder a esperança, mas sem saber que ainda demoraria meio século para que nossa economia encontrasse seu rumo certo.

Mas o pós-Guerra trouxe de volta a ameaça do comunismo. Havia uma grande experiência na Alemanha de 1935, 10 marcando que impregnou nas Forças Armadas uma visceral aversão anticomunista. Graças, porém, a Roosevelt e Churchill — dois falsos ídolos de uma História mal contada — o camarada Stalin emergiu da Segunda Guerra Mundial como grande vencedor, e a conspiração comunista retornou ao Brasil com o café e o petróleo. O Brasil passou a ser planejado recentemente estabelecidos por aqui, as quais logo viraram a ser os mais importantes focos de subversão no País. Assim, vivemos o tumultuado período da constituição de 1946 e, entre crises e crises, chegamos à Revolução de 1964.

Caro leitor, neste ponto sou obrigado a interromper porque o espaço do meu INCONFIDÊNCIA acabou. Continuem no próximo número.